

# Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de  
História e do Programa de Pós-  
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

Ströher, Carlos Eduardo

História em revolução: Michel Foucault e a produção do conhecimento histórico

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.

18, diciembre, 2014, pp. 15-48

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305535325002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## **História em revolução: Michel Foucault e a produção do conhecimento histórico\***

*Carlos Eduardo Ströher\*\**

---

**Resumo.** Este texto propõe-se a refazer os passos do percurso historiográfico do pensador francês Michel Foucault. Por meio da revisão de algumas de suas principais obras e os escritos de seus comentadores, buscou-se assinalar as críticas que o autor fez à escrita da história: interrogação das evidências dos universais antropológicos; a configuração de caminhos de investigação que priorizem as condições de surgimento de discursos e práticas – a arqueologia e a genealogia; a recusa à visão unilateral e o privilégio do caráter descontínuo e imprevisível na narrativa histórica, invisível às grandes verdades.

**Palavras-chave:** Michel Foucault; História; Historiografia.

## **History in revolution: Michel Foucault and the production of historical knowledge**

**Abstract.** Current paper traces the historiographical pathway of the French philosopher Michel Foucault. The review of his main works and of the writings of his commentators shows the critique that the author makes on the writing of history: the interrogation of evidences of anthropological beliefs, the configuration of investigations that give priority to conditions of the rise of discourses and practices – Archeology and Genealogy, refusal of the unilateral aspect and the importance of the discontinuous and unforeseeable stance of historical narrative, invisible to grand narratives.

**Keywords:** Michel Foucault; History; Historiography.

## **Historia en revolución: Michel Foucault y la producción del conocimiento histórico**

**Resumen.** En este texto se pretende reconstruir los pasos del recorrido historiográfico del pensador francés Michel Foucault. A través de la revisión de algunas de sus principales obras y de los escritos de sus comentadores, se buscó

---

\* Artigo recebido em 26/05/2014. Aprovado em 21/11/2014.

\*\* Professor da Universidade Feevale, Novo Hamburgo/RS, Brasil. E-mail: [carloseduardostroher@gmail.com](mailto:carloseduardostroher@gmail.com)

señalar las críticas que el autor hizo a la escrita de la historia: la interrogación de las evidencias de los universales antropológicos; la configuración de caminos de investigación que prioricen las condiciones de surgimiento de discursos y prácticas (la arqueología y la genealogía); el rechazo a la visión unilateral y el privilegio del carácter discontinuo e imprevisible de la narrativa histórica, invisible a las grandes verdades.

**Palabras Clave:** Michel Foucault; Historia; Historiografía.

---

### **Foucault revoluciona a história?**

Michel Foucault, mesmo não sendo historiador de formação, dedicou boa parte de seus estudos às questões pertinentes à história. Apesar de ter se inserido nesta área a partir da filosofia e da psicologia, atuou de forma efetiva na ampliação da produção dos estudos históricos, incitando discussões importantes e atuais para o fazer historiográfico.

Este texto propõe-se a refazer os passos do percurso historiográfico do pensador francês Michel Foucault. Por meio da revisão de algumas de suas principais obras e os escritos de seus comentadores, busca-se responder à seguinte questão: qual história Michel Foucault quis contar?

Foucault parecia escrever sobre um “tecido de abstrações estranhas à prática historiográfica” (VEYNE, 2011, p. 240). Acusado de escrever sem rigor científico, formulando noções abstratas e sem conceitualizações, o pensador se recusava a seguir um método específico ou abrigar-se sob estruturas sólidas de pensamento. Não estava, portanto, preocupado com as apreciações que lhe lançavam, a unanimidade nunca foi seu ideal: “Não me pergunte quem eu sou e não me peça para permanecer o mesmo: é uma moral do estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever” (FOUCAULT, 1987a, p. 20).

Essa liberdade de escrita em Foucault permite, ao invés de defini-lo, ao menos caracterizá-lo como um indivíduo impossível de ser fixado em uma

corrente de pensamento – estruturalista, pós-estruturalista, pós-moderno – ou em uma ciência – filosofia, história, medicina, psicologia. Um navegador da terceira margem<sup>1</sup>, fluido, flexível e movente. Esse pensamento desconcertante do autor é, ao mesmo tempo, complexo e desafiador, obrigando aos estudiosos de seus ditos e escritos uma constante reflexão.

No campo historiográfico, Foucault demorou a se fazer perceber. Sua primeira obra de destaque, tese de seu doutoramento, lançada em 1961 como *A História da loucura*, inicialmente foi recebida como um livro de história da medicina, pois ambientava sua análise nos indivíduos historicamente categorizados como loucos, problematizando *como e por que* estes foram classificados como anormais e as estratégias utilizadas para tratá-los: desde a aceitação relativa na Renascença, quando a loucura era classificada como um defeito moral, até o enclausuramento total no século XIX, quando era considerada uma doença. Ao tratar da loucura, o pensador buscava entender como a civilização ocidental, autodenominada racional e humanista, lidava com o estranho dentro de sua cultura. O olhar direcionado aos loucos correspondia à tentativa de encontrar o corte, a ruptura dos acontecimentos que levaram à mudança de atitude em relação a estes indivíduos, anteriormente aceitos dentro da sociedade em que viviam e, posteriormente, segregados a ambientes especiais.

Paul Veyne, possivelmente, tenha sido um dos primeiros historiadores a atentar para a “revolução” que o filósofo processou acerca do conhecimento histórico. Por trás de seu pensamento complexo havia algo muito simples: uma filosofia da relação,

pois “relação” é o nome do que se designou por “estrutura”. Em vez de um mundo feito de sujeitos ou então de objetos e sua dialética, de um mundo em que a consciência conhece seus

---

<sup>1</sup> O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) intitula Foucault um pensador da terceira margem, remetendo à metáfora do conto de Guimarães Rosa, *A terceira margem do rio*, em que esta é um não lugar, entre a objetividade e a subjetividade, a natureza e a cultura, a realidade e o discurso.

objetos de antemão, visa-os ou é, ela própria, o que os objetos fazem dela, temos um mundo em que a relação é o primitivo: são as estruturas que dão seus rostos objetivos à matéria. Nesse mundo, não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o louco: as figuras são o que as configurações sucessivas do tabuleiro fazem delas (VEYNE, 2008, p. 275).

As problematizações lançadas por Foucault fizeram ruir o alicerce de certezas dos historiadores – sujeitos, objetos e métodos – e questionou a prática constante de trazer à tona o passado e organizá-lo de forma inteligível aos interesses do presente.

Karl Marx, no século XIX, já havia percebido que a história era práxis e também consciência, uma vez que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado” (2002, p.21). Esse pressuposto marxista justificou uma história feita com a finalidade de legitimar as transformações resultantes de ações revolucionárias. No entanto, Foucault percebe a história como a produção de um discurso, orientado para a formação e a propagação de certos conhecimentos e de uma escrita resultante de uma complexa trama de acontecimentos e contada de acordo com os interesses de seus autores.

O *métier* investigativo de Foucault, ao preocupar-se em compreender a emergência dos saberes – sejam eles ligados aos loucos, aos doentes ou aos presidiários –, partia do acesso direto aos “vestígios” do passado, ou seja, aos documentos. Suas pesquisas foram fundamentadas nas suas atividades enquanto estudioso nas prisões e sanatórios franceses; portanto, a origem de suas “histórias” era sempre a sua prática como pesquisador, e não objetos previamente definidos ou tomados em sua totalidade.

Gilles Deleuze, ao analisar a obra de Foucault, afirma que pensar com ele “é experimentar, é problematizar. O saber, o poder e o si são a tripla raiz de uma problematização do pensamento” (DELEUZE, 2005, p.

124). O pensar foucaultiano abrange essas três categorias, que foram exploradas em diferentes fases da produção intelectual do pensador. Essa divisão tem caráter meramente didático, permitindo melhor estudo das obras de Foucault e não uma sistematização, que fixaria seus ditos e escritos em torno de esquemas estanques, o que nunca fora sua intenção, pois era avesso a qualquer tipo de estruturação.

O primeiro eixo metodológico, denominado *arqueologia*, surgiu com a publicação de *A História da Loucura*, em 1961, que trazia como subtítulo a expressão *arqueologia da alienação*, seguido de *Doença mental e psicologia* (1962), *O nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas: arqueologia das ciências humanas* (1966) e fechando com *A Arqueologia do Saber*, de 1969. Estes textos, especialmente a tríade “arqueológica”, trouxeram como preocupação central o sujeito como produtor de saber, analisando as condições de possibilidade em que ocorreu a produção dos discursos em jogos de verdade, em diferentes épocas, constituindo as ciências humanas e revelando o aparecimento de singularidades não necessárias, os acontecimentos.

A arqueologia foucaultiana mostra como, a partir de uma ruptura, de um limiar de positividade, algo como o homem pôde ser pensado. E a partir disto, um conhecimento que, ao mesmo tempo, tem o homem como sujeito que conhece e como objeto a conhecer, encontra espaço no pensamento. Enfim, tal arqueologia dá conta de como as ciências humanas (psicologia, sociologia e estudo das literaturas e dos mitos) foram possíveis graças à descontinuidade entre a história natural e a biologia, entre a análise das riquezas e a economia, e entre a gramática geral e a filologia (NICOLAZZI, 2002, p. 5).

À medida que Foucault foi formulando e questionando seus próprios pressupostos, novos problemas atravessaram seu pensamento e outras preocupações surgiram. E é com *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1975), *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1976) e as aulas proferidas no *Collège*

*de France*<sup>2</sup> que Foucault expôs o seu método genealógico, inspirado no modelo nietzschiano. Este tem sua preocupação central nas relações de poder com o saber na constituição do sujeito e analisa as condições de possibilidade em que ocorreu a produção dos corpos-sujeitos: do corpo supliciado ao corpo disciplinado; o corpo com uma sexualidade; o normal e o anormal e o corpo social da população no governo da vida.

O segundo eixo de Foucault, a *genealogia*, busca o aparecimento dos saberes locais, dominados, como estratégias de luta frente aos efeitos dos poderes centralizadores, ligados às instituições e ao funcionamento dos discursos científicos. O poder, para o filósofo, é sempre visto como uma relação de forças, indo além da relação dominante/dominado, típica do marxismo, que ressaltava o aspecto negativo do poder. Segundo o filósofo, temos de parar de pensar o poder desta forma, mas percebê-lo como produtivo, envolvido em uma *Microfísica do poder*, pois

o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos, que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade (FOUCAULT, 1987a, p. 26).

Foucault destaca que as relações de poder são móveis, podem modificar-se, sendo reversíveis e instáveis, e que ocorrem, portanto, entre sujeitos livres. Para que se exerçam relações de poder, é preciso que haja entre os dois lados uma forma de liberdade, espaços em que sejam possíveis as estratégias de confronto, as resistências.

---

<sup>2</sup> Muitos dos cursos do Collège de France encontram-se publicados no Brasil, em versões integrais – A verdade e as formas jurídicas, Em defesa da sociedade, Os anormais, Hermenêutica do sujeito, O poder psiquiátrico, Segurança, território e população, Nascimento da biopolítica – e resumida – Resumo dos cursos do Collège de France 1970-1982.

A grande repercussão gerada pelas questões do poder, especialmente após a publicação de *Vigiar e punir*, em 1975, rendeu a Foucault a alcunha de “teórico do poder”. No ano seguinte, ao publicar *A vontade de saber*, passou a se preocupar com a relação do sujeito consigo mesmo, analisando a história das práticas em que os sujeitos atuaram sobre si, constituindo e governando a si próprios.

Neste período, Foucault deslocou o seu foco de análise do mundo moderno para a Antiguidade Clássica, buscando descrever a forma como os gregos lidavam com a sua sexualidade, especialmente no segundo e no terceiro volumes de *História da Sexualidade – O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*. O primeiro volume, dos seis anunciados da coleção, foi lançado em 1976, e os demais demoraram sete anos para começar a serem escritos. Esse silêncio pode ser descrito como um “prazo de reelaboração de método, de deslocamento teórico e assunção de um novo posicionamento” (NICOLAZZI, 2002, p. 12) por parte de Foucault, que também realizou neste intercurso uma série de conferências na França e nos Estados Unidos (na Universidade de Berkeley, Califórnia, onde viveu no início da década de 1980). Os dois outros volumes da série foram lançados somente em 1984, um pouco antes de sua morte, que interrompeu sua intenção de finalizar a coleção.<sup>3</sup>

Os três momentos de escrita de Foucault podem ser agrupados em um único fio condutor de sua obra: a constituição do sujeito ou, nas palavras do autor, a criação de “uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos” (FOUCAULT, 2010, p. 231). É esse problema central que aparece em cada uma das críticas feitas

---

<sup>3</sup> Foucault faleceu sem publicar muitos de seus textos, aulas e palestras proferidas. Estes foram reunidos em oito volumes na coleção *Dits et écrits (Ditos e Escritos)*, preparada sob a direção de Daniel Defert (companheiro de Foucault por mais de duas décadas) e François Ewald, publicada na França a partir de 1994, e no Brasil a partir de 2000, sob organização de Manoel Barros da Motta, pela Editora Forense Universitária.



pelo filósofo à escrita e à produção do conhecimento histórico. Assim, ao analisarmos o efeito de Foucault na historiografia, podemos assinalar quatro grandes rupturas com a história, que eram feitas até então pelos historiadores.

### **A crítica ao essencialismo**

Uma das questões principais levantadas por Foucault em sua obra refere-se à produção do conhecimento e sua vinculação aos jogos de verdades e discursos. Proferir uma verdade não é, para ele, elucidar um mistério, encontrar algo que possa ser revelado ou desvelado em sua essência. Esta noção parte do princípio que existe uma coincidência entre a coisa e a realidade, entre o fato e sua interpretação, ou seja, uma relação direta e intrínseca. Tal prática é comum até hoje em nossas investigações, uma vez que

temos aprendido (e ensinado) a pensar qualquer coisa, da história da literatura à formulação de um problema matemático, da trajetória de um pintor à história de uma grande guerra mundial, sempre e eternamente a partir do esquema infalível da causalidade linear, das influências de certos fatos ocorridos neste lugar, naquela época, do espírito de uma época, da proeminência de um certo ator ou autor, e assim por diante (FISCHER, 2012, p. 22).

Foucault nos desaconselha a acreditar nos universais antropológicos, ou seja, na ideia de que existam verdades sobre os homens que vigorem em todas as culturas e em todos os períodos históricos. O estabelecimento de um padrão possibilita a criação de uma norma, em torno da qual todos os comportamentos são medidos e julgados, marginalizando as concepções heterogêneas. Todos os universais precisam ser postos à prova, observando as variações de seus conteúdos com o passar do tempo e a reflexão das regras de veracidade, de modo a interrogá-las de acordo com sua constituição histórica.

A história feita pelos historiadores, segundo Foucault, parte do princípio de que as coisas têm uma essência, uma síntese cuja intenção é

fornecer uma explicação que seja considerada a expressão do real. A verdade assume, nessa visão, um caráter sagrado, resultado de uma conquista do pesquisador que, vencendo todos os obstáculos que a passagem do tempo soterrou sobre o fato, escavou e descobriu a resposta para o enigma que o motivou.

Foucault, no entanto, revela, a partir das noções de discurso e verdade, o propósito de

substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão (FOUCAULT, 1987a, p. 54-55, grifos do autor).

Foucault estabelece uma crítica ao essencialismo, que busca nos discursos uma série de signos que possam remeter a conteúdos e a representações pré-existentes. O discurso de Michel Foucault associa-se às práticas que formam os objetos de que se fala, criando marcas ou planos discursivos. Esses conjuntos de enunciados têm, em uma determinada época, uma função normativa e reguladora, colocando em “funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, estratégias e de práticas” (REVEL, 2005, p. 37). Isto quer dizer que as “coisas” não existem propriamente, mas estão ligadas às palavras, ou seja, a constituição do objeto real está presa à linguagem.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault procurou comparar os métodos científicos relacionados à história natural, à gramática e à economia política. Tratava-se de práticas heterogêneas, mas que se constituíram na mesma época. Ele quis, então, buscar os pontos em comum entre elas, analisando comparativamente os procedimentos internos do discurso científico. Os temas

que Foucault elegeu – negligenciados em sua época, que privilegiava a análise das riquezas e da formação do capitalismo – constituíam saberes não formalizados, mas que estavam articulados com outros discursos.

“Foucault não pretendeu, a partir de um tipo particular de saber, esboçar o quadro de um período ou reconstituir o espírito de um século” (MOTTA, 2008, p. XLII). Divergindo dos estudos unidisciplinares, cujo objetivo é alcançar a essência ou os “começos”, Foucault relacionou os saberes pesquisados ao discurso filosófico de seu tempo, durante um período que se estende do século XVII ao XIX.

O trabalho histórico de Foucault atenta para os processos de subjetivação produzidos nos interstícios da constituição do sujeito. Esses obedecem a regras discursivas – saber –, coercitivas – poder – e facultativas – práticas de si –, englobando, desta forma, os três grandes eixos aprofundados por Foucault.

Mas afinal, quem é o sujeito? Foucault afirmou que esse é uma invenção recente, característica do Iluminismo, com seu discurso unificador. Além disso, sugere que está fadado a desaparecer. É no final de *As palavras e as coisas* que estas afirmações surgem de forma mais veemente:

o homem não é o mais velho problema nem o mais constante que se tenha colocado ao saber humano. Tomando uma cronologia relativamente curta e um recorte geográfico restrito – a cultura europeia desde o século XVI – pode-se estar seguro de que o homem é aí uma invenção recente. [...] O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia do nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o próximo fim.

Se essas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico – então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de arcia (FOUCAULT, 1981, p. 403-404).

Muitos críticos se apressaram em propagar que Foucault decretara a morte do homem, afinal, essa obra fora seu ataque mais profundo às filosofias do sujeito – especialmente à fenomenologia e, de certa forma, seu anúncio imitava a provocativa declaração de Nietzsche sobre a morte de Deus, um século antes. Mas o que ele estava afirmando era o funeral do sujeito essencial, soberano e original constituído como objeto do conhecimento.

Para comprovar isso, Foucault fez uma análise genial do quadro *Las meninas*, de Velásquez, discutindo o conceito de representação em *As palavras e as coisas*. Diversos questionamentos atingem o espectador da imagem: quem está representado na pintura? Quem é o autor? O rei está dentro do quadro ou assistindo? E a posição do pintor?

Uma das peculiaridades apontadas por Foucault é a representação que Velásquez fez de seu ofício, em que o pintor pode ser visto, bem como o cenário que lhe serve de inspiração, mas sua tela está encoberta, pois se encontra de costas para o observador do quadro. A descrição foucaultiana, que abre seu livro, estabelece uma incompatibilidade entre a visibilidade do representante e do representado. Foucault explica que Velásquez pinta em conformidade com a episteme dominante em sua época: a clássica, que estabelecia um tipo de pensamento totalmente ligado à representação, não distinguindo o sujeito do objeto de representação.

Ela intenta representar-se a si mesma em todos os seus elementos, com suas imagens, os olhares aos quais ela se oferece, os rostos que torna visíveis, os gestos que a fazem nascer. Mas aí, nessa dispersão que ela reúne e exhibe em conjunto, por todas as partes um vazio essencial é imperiosamente indicado: o desaparecimento necessário daquilo que a funda – daquele a quem se assemelha e daquele a cujos olhos ele não passa de semelhança. Esse sujeito moderno – que é o mesmo – foi elidido (FOUCAULT, 1981, p. 31).

As temáticas da representação e do sujeito, prenunciadas na análise do quadro, servem de pretexto para a discussão das condições de

possibilidade de efetivação dos discursos científicos e filosóficos na episteme moderna. Analisando documentos e descrevendo enunciados da história natural, da análise das riquezas e da gramática geral, surgem novas empiricidades, como a vida, o trabalho e a linguagem, que desembocarão nas ciências modernas do século XIX – a biologia, a economia e a filologia. É a demonstração da construção do homem como objeto de si mesmo.

Esse nascimento do homem, proporcionado pelo colapso da episteme clássica e sua substituição pela moderna, possibilitou uma nova forma de pensar, que privilegiou a linguagem. É a denominada “virada linguística”: “a ideia fundamental é que a linguagem forma os limites necessários de nosso pensamento e experiência: só podemos experimentar alguma coisa que a linguagem torne inteligível para nós” (OKSALA, 2011, p. 44).

É esse aspecto da compreensão e incompreensão da linguagem que explica o riso foucaultiano diante do ensaio de Jorge Luis Borges. No prefácio de *As palavras e as coisas*, Foucault afirma que seu livro nascera da leitura de um texto que o fizera rir e depois perturbar-se com as familiaridades do pensamento.

Borges citou uma enciclopédia chinesa que apresentava um sistema de pensamento completamente diferente do nosso, e que dividia os animais em categorias como: “pertencentes ao imperador”, “embalsamados”, “sereias”, “fabulosos”, “que se agitam como loucos”, “inumeráveis”, “desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo”, “que de longe parecem moscas”, entre outros (FOUCAULT, 1981, p. 5). Foucault buscou, desta forma, mostrar que existem outras formas de pensamento plausíveis dentro de outras epistemes, a despeito das diferenças em relação a nossa. O distanciamento de nossa cultura pode permitir um olhar de estranhamento e a possibilidade de experimentarmos outras realidades, descentradas de nossas bases referenciais.

Ao afirmar que a constituição de um sujeito moderno não é composta por um ser dado de antemão, Foucault parece embrenhar-se por um difícil caminho: escrever histórias irreduzíveis a *um* indivíduo, a *um* autor, a *um* acontecimento, a *uma* explicação, a *uma* causa ou a *uma* descoberta. Na sua caixa de ferramentas, carrega o duplo objeto- -sujeito, sendo a objetivação a constituição de domínios de objetos e a subjetivação, o modo de produção de indivíduos por meio de discursos e práticas. As problemáticas do poder, do saber e do sujeito são suas companheiras de jornada.

Em um texto escrito em 1978, homônimo ao opúsculo de Kant intitulado *O que é o Iluminismo?*, Foucault abrirá um campo legítimo de reflexões filosóficas sob o título de “ontologia do presente”, “que se referenciaria, no domínio da filosofia da cultura, a uma tradição que remonta a Hegel e Nietzsche e passa através de Weber e da Escola de Frankfurt” (MOREY, 1995, p. 22). Esta vertente estaria em oposição à “analítica da verdade” – representada principalmente pela filosofia anglo-saxônica – que realiza uma busca incessante pela verdade das coisas, na tentativa de responder à questão “o que é isso?”. A ontologia de nós mesmos pergunta “o que nos acontece?”, pois está interessada em “dirimir o sentido e o valor das coisas que (nos) acontecem em nosso presente” (MOREY, 1995, p. 22).

Mas aonde Foucault quer chegar com esta ontologia histórica de nós mesmos? É uma crítica que desloca a questão kantiana de “descobrir o que somos” para inquirir sobre como chegamos “a ser o que somos”, para, logo depois, “contestar aquilo que somos” (VEIGA-NETO, 2005, p. 46-47). Os eixos condutores de Foucault norteiam o desdobramento da questão inicial para “que posso saber?”, “que posso fazer” e “quem sou eu?” e conduzem os problemas colocados pelo filósofo para suas respectivas metodologias – arqueologia, genealogia e ética.

Ao preocupar-se com o que do passado altera o presente, Foucault anuncia que pensar é uma denúncia de erros, é o desmonte das evidências, sem referenciais universais a que se possa agarrar: sujeitos e objetos *a priori*; origem, causa e finalidade das ações humanas; ligações cronológicas entre fatos. Afinal, tudo é transitório, inclusive o nosso pensamento. As rupturas e as descontinuidades não são o lado obscuro de uma pesquisa, mas a potência que permite sua efetivação.

Se a história é um campo de relações de forças em que se busca perceber o diagrama formado pelos jogos de poder e a constituição dos saberes decorrentes desse embate, perceber os infames, aqueles que confrontaram a lei – assim como Antígona em seu dilema de qual ordem seguir – pode ser uma saída para compreender como se estabeleceram as relações de sujeitos com a verdade e com as forças que os penetram.

Sendo o ponto de partida o presente, Foucault buscava a história de determinada prática – o tratamento dado ao indivíduo considerado louco, por exemplo – a partir de um problema: como certas atitudes em relação ao louco emergiram, e como alguns de seus elementos continuam presentes em nossas experiências. Não havia, portanto, um objeto que seria visto em sua totalidade e regularidade anterior, ou como puro objeto de curiosidade. “O problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos” (FOUCAULT, 1987a, p. 6). A loucura, neste caso, foi desnaturalizada e historicizada, compreendida como “um construto social variável, não um construto científico anistórico” (OKSALA, 2011, p. 31).

Em *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault critica o ponto de vista supra- -histórico praticado pelos historiadores,

uma história que teria por função recolher em uma totalidade bem fechada sobre si mesma a diversidade, enfim reduzida, do tempo; uma história que nos permitiria nos reconhecemos em

toda parte e dar a todos os deslocamentos passados a forma da reconciliação; uma história que lançaria sobre o que está atrás dela um olhar de fim de mundo (FOUCAULT, 1979b, p. 26).

Essa história seria pautada pela necessidade de causas e finalidades subjacentes aos fatos, justificadas dentro de um plano pré-traçado. Ela construiria um ponto de apoio fora do tempo, instalado sob a forma de um tribunal apocalíptico responsável pelo julgamento dos acontecimentos, sob a égide de um juiz vestido com os trajes da objetividade e da verdade.

Foucault nos convida a desconfiar das evidências, a não aceitar as verdades pré-estabelecidas, a duvidar das explicações que parecem elementares. Seu intento, em cada pesquisa, era pôr em prática perturbações intelectuais por meio de questionamentos lançados aos acontecimentos, fazendo deles os seus objetos.

## A história genealógica

Desde a publicação de *As palavras e as coisas*, em 1966, Foucault qualificou seu projeto de arqueologia das ciências humanas como uma “genealogia nietzschiana”, ao invés de uma obra estruturalista, como muitos a consideravam. Essa ideia, porém, foi sistematizada no texto *Nietzsche, a genealogia e a história*, de 1971. Foucault inicia da seguinte forma:

A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. [...] Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos (FOUCAULT, 1979b, p. 15).

A genealogia é uma pesquisa histórica que se opõe a uma narrativa histórica única e a incessante busca da origem. O trabalho genealógico deve atentar, portanto, para os pequenos detalhes, para as questões que a história dos



cientistas considerou sem importância, os rastros cinzentos do cotidiano: os gestos, as falas, os costumes, os comportamentos dos homens infames – sem fama –, que revelam o interstício entre o feito e o dito, aquilo que se vive e a narrativa que se enuncia.

No contexto da produção intelectual de Foucault, a genealogia aparece com a emergência dos saberes dominados: “uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou cientificidade” (FOUCAULT, 1979b, p. 170). Reaparecem, aí, os saberes baixos “do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, do médico paralelo e marginal em relação ao saber médico”.

Foucault quis demonstrar que os saberes das pessoas, ao invés de comuns, eram particulares e, apesar de desqualificados e muitas vezes sepultados, entravam em combate com o saber da erudição, neste caso, correspondente ao veredicto médico. A genealogia procura a “redescoberta exata das lutas e [a] memória bruta dos combates”, ativando os

saberes locais, descontínuos, [...] não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretendia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas [...] contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 1979b, p. 171).

A genealogia deve combater os efeitos de poder que os discursos científicos buscam afirmar. “Enquanto que a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que [...] ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (FOUCAULT, 1979b, p. 172).

O trabalho genealógico foi considerado para alguns como anti-história, uma vez que ele indicava um empreendimento oposto aos objetos e métodos da historiografia tradicional. O filósofo Jean Paul Sartre, crítico contundente de Foucault, e alguns historiadores marxistas o acusaram de ter assassinado a história. Ele, de forma muitas vezes irônica, costumava responder às críticas recebidas em entrevistas, como em março de 1968, ao ser questionado por fazer uma recusa da história:

Nenhum historiador me fez essa crítica. Os filósofos têm uma espécie de mito da História. [...] A História para os filósofos é uma espécie de grande e vasta continuidade em que se emaranham a liberdade dos indivíduos e as determinações econômicas ou sociais. Quando se toca em alguns desses grandes temas, continuidade, exercício efetivo da liberdade humana, articulação da liberdade individual sobre as determinações sociais, quando se toca num desses três mitos, as pessoas de bem imediatamente se põem a gritar que a História foi violentada ou assassinada. Na verdade faz algum tempo que gente importante como Marc Bloch ou Lucien Febvre, os historiadores ingleses, etc., puseram fim a esse mito da História. Eles praticam a história de outro modo, tanto que o mito filosófico da História, esse mito filosófico que me acusam de ter matado, pois bem, fico encantado se o matei. É exatamente o que eu queria matar: não a história em geral. Não se mata a história, mas a História para filósofos, ah, essa sim eu quero matar (NALLI, 2014, online).

No entanto, é inegável que a história ocupava o eixo central do projeto foucaultiano, apesar de ter feito ruir o castelo de certezas dos historiadores. A genealogia, construindo-se em oposição à história do que “verdadeiramente aconteceu”, reestabeleceria o poder de ruptura e singularidade do acontecimento, uma vez que

dividindo nossas emoções, multiplicando nossos corpos, privando o ser de estabilidade, a genealogia não se deixava levar por ‘nenhuma obstinação muda na direção de um fim milenar’. ‘Operar cortes no saber’ também significava interromper a continuidade da administração de nosso futuro, sacudi-lo, desestabilizá-lo. Por isso, a genealogia não é um saber neutro; pelo contrário, é perspectiva absoluta (DUSSEL, 2004, p. 48, grifos do autor).

A compreensão do passado pelo viés genealógico passa, necessariamente, pela crítica do documento. Nesse ponto, Foucault toma carona na denominada “revolução documental” iniciada pelos pioneiros dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre. A “materialidade documental” é composta por “livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.” (FOUCAULT, 1987a, p. 8), que permanecem, de forma espontânea ou organizada, ao historiador.

Foucault, no entanto, diferencia, de forma bem clara, *documento* de *monumento*. Enquanto que a história tradicional “se dispunha a ‘memorizar’ os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem”, a história arqueológica executa a “descrição intrínseca do monumento”, transformando “os documentos em monumentos, [decifrando os] rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes” (FOUCAULT, 1987a, p. 8).

O passado, portanto, deve ser descrito por documentos, mas que precisam ser vistos como monumentos, objetos que remontam ao passado e são vestígios de algo inalcançável – o passado em si – que não pode ser recuperado, apenas recontado com o olhar atual. O que os historiadores, por muito tempo, fizeram foi ver nos documentos apenas aquilo que gostariam de ver, ou seja, fazer deles produtores de verdades interessadas, instrumentos de saberes/poderes constituidores de discursos científicos.

Entretanto, como procede a genealogia para além da erudição cinza e meticulosa que propunha Foucault? Apesar de não determinar regras a seguir e questionar constantemente o seu próprio método, é possível exemplificar algumas características de sua crítica genealógica, especialmente na ocasião de seus estudos sobre as prisões e a sexualidade.

*Vigiar e punir*, primeira obra expressiva de seu modelo genealógico, surgiu a partir das experiências pessoais de Foucault no GIP, *Groupe d'Information sur les Prisons*, fundado em 1971, e que tinha o objetivo de coletar dados sobre as prisões francesas. A publicação executa um estudo detalhado, documenta a transformação das masmorras medievais em instituições carcerárias modernas, relatando com riqueza de detalhes os espetáculos públicos de tortura dos corpos supliciados até o disciplinamento dos corpos submetidos ao modelo panóptico.<sup>4</sup>

A obra teve uma repercussão gigantesca na França, na medida em que Foucault desempenhou, pela primeira vez, um papel de ativismo político, ao abrir o debate em torno da violência da polícia, da pena de morte e as condições precárias das prisões em seu país. No entanto, Foucault não quis fazer denunciismo ou propor reformas e soluções para o sistema penal vigente:

Quis revelar o sistema de pensamento, a forma de racionalidade que, desde o final do século XVIII, sustentou a noção de que a prisão é de fato o melhor meio, ou um dos meios mais efetivos e racionais, de se punir delitos em uma sociedade. Parece-me que quando se tratou de reformar o sistema penal, os reformadores aceitaram com muita frequência, implícita e por vezes até explicitamente, o sistema de racionalidade que fora definido e estabelecido muito antes, e que estavam apenas tentando descobrir quais deveriam ser as instituições e práticas que lhes permitiriam realizar aquele projeto de sistema e alcançar seus objetivos. Ao trazer à luz o sistema de racionalidade subjacente às práticas punitivas, eu quis apontar quais eram os postulados de pensamento que precisavam ser reexaminados caso se

---

<sup>4</sup> O panóptico consiste em um projeto elaborado por Jeremy Bentham, jurista e filósofo político do Iluminismo, e datado de 1791. É a figura arquitetural de *Vigiar e punir*. “O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem à face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo as janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. [...] Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar da luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as duas outras. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor do que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha” (FOUCAULT, 1987b, p. 165-166).

pretendesse transformar o sistema penal [...] Quais os sistemas de racionalidade ainda podem ser aceitos? Qual é, por outro lado, a parte que merece ser posta de lado, abandonada, transformada, e assim por diante? (apud OKSALA, 2011, p. 78).

Foucault, em sua análise da genealogia das prisões, revelou que estes espaços, ao fracassarem em sua finalidade primordial – transformar e recuperar indivíduos – atuaram em um sentido oposto, “fabricando” novos criminosos. O poder, desta forma, se exerce de forma desigual e móvel, “produzindo” sujeitos submetidos às práticas racionais de disciplinamento.

Outra obra de Foucault com ênfase genealógica é o primeiro volume de *História da sexualidade: a vontade de saber*. A intenção do autor era investigar a emergência das relações entre a sexualidade e poder no século XIX, apresentando a hipótese de que o poder produzia as manifestações da sexualidade natural, ao invés de reprimi-las. O sexo era um novo tipo de discurso, pois

a confissão, o exame de consciência, toda uma insistência sobre os segredos e a importância da carne não foram somente um meio de proibir o sexo ou de afastá-lo a mais possível da consciência; foi uma forma de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio de seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso (FOUCAULT, 1979a, p. 230).

Foucault refuta a ideia da repressão do sexo durante a era vitoriana, aliás, segundo ele, “nunca se tinha falado tanto de sexo como no século XIX”, uma vez que este se tornara objeto de um novo tipo de discurso. Mesmo que a confissão ao padre tenha diminuído com a secularização da vida, outras técnicas tomaram o seu lugar: a intervenção do médico, do terapeuta, do psicólogo ou do psiquiatra. Ou seja, um saber científico foi construído e elaborado novos discursos acerca da sexualidade dos sujeitos.

A produção de novas práticas normativas e de discursos científicos adquiriu caráter de verdade nos meios culturais em que circulou, uma vez que houve um empoderamento cada vez maior destes saberes médicos, interferindo

na saúde, no desejo e na identidade dos sujeitos. Ao substituir o aspecto repressivo pelo produtivo em relação ao sexo, Foucault contestou as concepções existentes nos anos 1960 e 1970, que defendiam a livre manifestação de uma sexualidade natural e saudável como resposta à moralização imposta pela sociedade burguesa capitalista no século anterior. Foucault simplesmente afirmou, ironicamente, que não havia nenhuma sexualidade perdida a libertar.

Ao se preocupar com as relações de poder e de saber na constituição dos sujeitos, Foucault analisou as condições de possibilidade em que ocorreram, historicamente, a produção de sujeitos-corpos – desde o corpo supliciado até o corpo dócil e disciplinado; o corpo sexuado; o normal e o anormal; o sadio e o doente –, forjando verdades por inúmeras coerções, discursivas e não-discursivas, regulamentando o poder por meio de discursos científicos e atuando sobre o comportamento de indivíduos e grupos. Essa atuação se executa por processos de subjetivação, em que determinados comportamentos são internalizados pelos sujeitos.

### **A história perspectivista**

Foucault adotou uma postura cética em relação à verdade, desconfiando das ideias gerais e acreditando apenas nas singularidades. Para que o indivíduo se sinta tranquilo enquanto sujeito soberano, pensa por meio de generalidades e clichês, enquanto os discursos permanecem inconscientes e escapam ao seu olhar. A visão foucaultiana mostra que é preciso ir ao fundo dos fenômenos e de lá emergir percebendo o que é estranho, incoerente, duvidoso, pois

a cada época, os contemporâneos estão [...] encerrados em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um. As falsas generalidades e os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros (VEYNE, 2011, p. 25).

Nas palavras de Veyne, Foucault, ao dissolver as aparências e negar os objetos naturais, foi considerado um relativista. O conhecimento histórico, por sua vez, assemelha-se a um caleidoscópio, instrumento que fornece múltiplas perspectivas e alerta para a falsidade das verdades eternas. Uma vez provisórias, o próprio entendimento do homem como objeto é questionado: embora seja raro e possua vazios em sua volta, “não há nenhum não-dito que bate à porta” (VEYNE, 2008, p. 274).

Se cada um só pode pensar como se pensa em seu tempo, então “o passado antigo e recente da humanidade não passa[m] de um cemitério de verdades mortas” (VEYNE, 2011, p. 25). São elas que interessam a Foucault, que irá desnaturalizá-las para perceber os elementos presentes nas práticas discursivas e não discursivas que compõem o seu cenário de enunciados e visibilidades. Foucault, então, tomou o palco e encarnou a máscara do “ator que ‘se põe na pele’ de seu personagem para compreendê-lo; se esse ator é um historiador, ele precisa, além disso, fazer-se escritor de teatro para compor o texto de seu papel e encontrar palavras (conceitos) para dizê-lo” (VEYNE, 2011, p. 27, grifos do autor).

Foucault objetiva desnaturalizar os objetos históricos, afinal, não existe um elemento original e essencial, modelo para analisar diferentes temporalidades. O que ele busca é ver a rede de intrigas que permitiram a configuração das práticas, os estratos que o cercam, para então vê-los sem a neblina da distância temporal, sem as camadas decompostas pelo tempo sobre ele. Ou seja, um trabalho arqueológico, que parte do atual, mas sem intenção de chegar a um começo; antes quer entender as estruturas formadoras, as etapas de constituição do terreno, as divisões existentes, as rupturas sofridas nas continuidades, percorrer todos os caminhos para voltar ao ponto inicial, mas carregando uma bagagem diferente do momento da partida.

Sendo a narrativa histórica perspectivista, ela irá se inscrever em um *locus* espaço-temporal determinado, sendo influenciado por ela. Portanto, nunca é neutra, imparcial, alheia ao julgamento *a posteriori* dos fatos. O olhar do historiador foucaultiano é sempre do presente, de onde partem os questionamentos. Porém, se o cenário contemporâneo funcionar como óculos para vislumbrar o passado, a visão será anacrônica, distorcida, míope, só se enxergará o que se quer ver. A mirada será sempre privilegiada, fenomenológica, pois já se conhece o “final” da história, e só se poderá ver aquilo que se concretizou enquanto realidade, esquecendo das inúmeras possibilidades que tenderam a se efetivar.

A história dos grandes esquemas explicativos, proferida pelo professor historicista e pelo materialista histórico, se deixa guiar unicamente pelo retrovisor, elimina a chance de perceber a irrupção das singularidades históricas, o que Foucault denomina de acontecimento. Este, entendido primeiramente sob o viés da crítica do positivismo, possui um caráter negativo, “um fato para o qual algumas análises históricas se contentam em fornecer a descrição” (REVEL, 2005, p. 13).

Foucault irá dizer que o acontecimento não está dado, mas que emerge num campo de forças. Para isso, é preciso vislumbrar os eventos e descrevê-los por meio de enunciados, entendendo-os como sendo produzidos na superfície das relações, em terreno movediço, entre camadas tectônicas incertas, sujeitas às tramas múltiplas e em determinadas condições, todas elas concretas, alcançáveis e mensuráveis.

O acontecimento é uma ofensa, um constrangimento que existe. Força que constrange o que está presentificado, objetivado, subjetivado. Intempestivo: inoportuno, súbito, repentino. É por essas qualidades todas que o acontecimento traz o novo. Só ele, como uma novidade pura, tem como efeitos novas formas de vida. Estudar acontecimentos é estudar rupturas, transformações que mudaram o fluxo da história (PEREIRA, 2004, p. 75).



Ao comentar, em *Theatrum philosophicum*, a obra *Lógica do Sentido*, de Gilles Deleuze, Foucault cunhou a expressão sentido-acontecimento, ou vice-versa, como possuidora de uma gramática própria e com verbos concebidos em duas flexões: “o presente, que diz o acontecimento, e o infinitivo, que introduz o sentido na linguagem e o faz circular com esse neutro que, no discurso, é isso de que se fala” (FOUCAULT, 2008, p. 237). Desta forma, “viver” e “estar vivo”, por exemplo, são “simultaneamente o limite deslocado do presente e a eterna repetição do infinitivo” (FOUCAULT, 2008, p. 237).

Reside neste ponto a grande dificuldade em compreender essa noção de acontecimento como enunciado e sentido, uma vez que o pensamento filosófico sempre esteve em busca de respostas: sejam os fatos, os nomes, os personagens; enfim, ele quer “tudo e a todos desvelar, acordar sentidos que dormiriam nos objetos e nos lugares, atribuir-lhes – às palavras e às coisas – intenções claras e precisas, manipulações, tramas maquiavélicas, deturpações diversas, distorções” (FISCHER, 2012, p. 26).

Diante desse inquérito que busca apresentar verdades interessadas, Foucault reage narrando multiplicidades: de enunciados, de visibilidades, de sujeitos, de discursos, de acontecimentos. Não há clareza no seu pensamento: nem poderia, pois sua intenção é problematizar o próprio problema, sendo a dúvida sua ferramenta, a sua picareta que quebrará o solo das certezas, vasculhará as camadas de enunciados, observará as coisas e nos mostrará o diferente. Assim, se “saber não é feito para compreender, [mas] para cortar” (FOUCAULT, 1979b, p. 28), “pensar [também] não consola nem torna feliz” (FOUCAULT, 2008, p. 251).

O caleidoscópio foucaultiano é uma miríade de mudanças, de novos elementos que se inserem a cada mudança de olhar. Ao querer mostrar que aquilo que é nem sempre foi, Foucault revela uma história frágil, movediça,

incerta, sujeita às redes de contingência que as fizeram emergir. É uma historicização libertadora, uma vez que

propõe a realização de um diagnóstico que não se limite a mostrar o que somos, mas que aponte para aquilo que estamos nos tornando. Essa “história do presente” é capaz de distinguir as linhas tênues que separam o passado do presente e o presente da atualidade. Portanto, ela deve abrir o pensamento ao mostrar como aquilo que é poderia ser diferente (RAGO, 2002, p. 263).

As histórias que Foucault descreve não são marcadas por inícios e finais, ou seja, não são frutos de desígnios divinos e nem têm um sujeito fundante transcendental. Isto porque o começo – que Foucault denomina de proveniência e não origem – não é algo organizado, não tem uma causa primordial. Podemos fazer uma analogia com a cosmogonia grega: o Caos, divindade primordial, o “gigante precipício escuro” (FERRY, 2012, p. 59), é infinito, obscuro, desordenado. E nesse terreno de incertezas, surge, sem a menor explicação, Gaia, a terra, “o chão firme, sólido, [...], o primeiro pedaço de natureza tangível e confiável” (FERRY, 2012, p. 60), nascida da irrupção do inesperado.

Foucault, mais uma vez seguindo o caminho nietzschiano, diferencia de maneira muito clara os conceitos de origem e de proveniência. A origem, segundo as filosofias da representação, é atemporal, a-histórica. Ela está presa ao duplo platônico essência/aparência. Remete a uma forma pura, nobre, que busca destacar a semelhança, a imitação, a coincidência entre o dito e o falado. O Ser originário é um sujeito único e uniforme, autor de discursos inauguradores. Não é, no entanto, original no sentido criativo, pois executa a repetição de formas e a cópia dos discursos, suas práticas se baseiam na conformidade.

Foucault nos convida a “rir das solenidades da origem”, pois “gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíam brilhantes da mão do criador” (FOUCAULT, 1979b, p. 18). A

origem seria o lugar da verdade: um espaço em que a verdade das coisas se ligaria à verdade do discurso, o qual, em seguida, a obscureceria e a perderia atrás de uma “proliferação milenar de erros”, pois o “longo cozimento da história a tornou inalterável” (FOUCAULT, 1979b, p. 19).

Para encontrar a proveniência que Foucault destaca, será necessário ater-se às meticulosidades e aos acasos dos começos, nas agulhas perdidas no amplo palheiro, conjurando a “quimera da origem”, reconhecendo “os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas” (FOUCAULT, 1979b, p. 19).

*Herkunft*, termo alemão com que Nietzsche denomina a proveniência, remete ao pertencimento a um grupo, de sangue ou tradição, e põe em jogo a questão da raça. Enquanto a origem propriamente dita procura nas características individuais elementos que permitam a identificação com outros semelhantes, a proveniência busca as marcas diferentes, particulares, que permitem “dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos” (FOUCAULT, 1979b, p. 20).

A proveniência vem de baixo, sorrateira, é um confronto marcado por inúmeras batalhas, acidentes, desvios. É uma luta de forças contingenciais e impuras, que provêm do Caos. É o começo histórico das práticas, não é uma unidade e não tem um sujeito fundador. “A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo” (FOUCAULT, 1979b, p. 21).

O corpo é o espaço invadido pela proveniência. É nele que estão as marcas dos desejos, erros e desfalecimentos do passado. Atua como o lugar de inscrição dos acontecimentos que estão em permanente conflito, espalhando discórdia para todos os lados, desatacando as teias dos discursos, cortando os saberes e tecendo os enredos da história.

Se a proveniência é a descrição das marcas corporais históricas, o *Entstehung*, a emergência – conceito que Nietzsche traçou e Foucault regenerou –, é o que “se produz sempre em um determinado estado de forças” (FOUCAULT, 1979b, p. 23). É o ponto de surgimento, a maneira como as forças se dispõem no começo histórico dos discursos.

A emergência marca a singularidade do acontecimento, obedecendo à lei do movimento e do mutável. Designa um local de enfrentamento, um campo de batalha sem espaço específico. Isso porque é um não lugar, uma distância pura. Os confrontos, dessa forma, realizam-se no interstício, território em que se multiplicam as diferenças. Assim,

O grande jogo da história será quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras. As diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas (FOUCAULT, 1979b, p. 25-26).

Para o pensamento foucaultiano, a história é um jogo que pode ter regras e combinações precedentes, mas que nem por isso é previsível e repetível. Cada partida é o embate de diferentes forças, de diversas intensidades, formas e direções. O resultado é sempre hipotético. O historiador só pode entender sua lógica se apostar na sorte e participar da brincadeira. Apenas se for astuto para se arriscar, sem medo de perder.

A história também pode ser uma goteira. Incômoda, irritante, que despeja seu conteúdo sem cessar, que flui. Ao historiador cabe encontrar não só o ponto de rompimento, a proveniência da falha, mas também entender o funcionamento do sistema hidráulico, a forma como as gotas se concentram e escorrem rumo ao seu destino. E o que fazer com o líquido que já molhou o assoalho das certezas?

Proveniência e emergência descrevem não formas e não lugares, não têm elementos trans-históricos que atravessam ou definem unidades apaziguadoras do Caos. São marcas feitas em corpos da história e forças agenciadas, atualizadas e configuradas em acontecimentos: heterogêneos, irregulares, acidentais, ocasionais.

### **O privilégio do descontínuo**

Na introdução da *Arqueologia do Saber*, Foucault afirma que, há dezenas de anos, a atenção dos historiadores estava voltada para a análise de longos períodos em que fosse possível identificar “regulações constantes”, “saturações lentas” e “grandes bases imóveis e mudas”, capazes de construir uma linha de continuidades históricas. Os instrumentos desse trabalho seriam “modelos de crescimento econômico, análise quantitativa de fluxos de trocas, perfis dos desenvolvimentos e das regressões demográficas, estudos do clima e de suas oscilações”, entre outros (FOUCAULT, 1987, p.3).

A intenção desses historiadores, boa parte deles ligada à chamada história serial, que tinham em Fernand Braudel o ícone principal, era encontrar as simultaneidades no percurso histórico. A arqueologia foucaultiana segue o caminho oposto: “procura soltar todos os fios ligados pela paciência dos historiadores; multiplica as diferenças, baralha as linhas de comunicação” (FOUCAULT, 1987, p. 194). O que Foucault propõe é um movimento, uma transformação que consiste em saltar de um lugar para outro, no Caos. Abandonar as certezas móveis e pular para o terreno das mobilidades arriscadas.

A história, em sua forma clássica, ao deparar-se com o descontínuo, buscava burlá-lo, desviá-lo, contorná-lo. Esse apagamento, uma ação deliberada pelo historiador, visava ao realce da continuidade, a fim de justificar os acontecimentos vistos segundo a lógica do observador-narrador.

A “história nova” de Foucault desloca a função do descontínuo, que passa “do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza” (FOUCAULT, 1987, p. 10).

É o esboço da denominada “história geral” que se coloca no contraponto com a global – total ou tradicional – feita pelo iluminismo, o positivismo e o marxismo, e que procura “reconstituir a forma de conjunto de uma civilização”, “o princípio de uma sociedade”, “o ‘rosto’ de uma época”, que cultua a objetividade dos fatos e a submissão a um sujeito soberano, justificado como necessidade racional.

A tarefa da história geral é ultrapassar a premissa do duplo sujeito/objeto e elaborar as perguntas no nível das transformações enunciativas e não evolutivas. Foucault não deseja, dessa forma, eliminar as séries, mas analisá-las sob outro viés: ir além das constâncias para perceber as dispersões presentes, determinando que formas de relações podem ser legitimamente descritas:

que sistema vertical podem formar, qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que ‘séries de séries’ – ou, em outros termos, que ‘quadros’ é possível constituir (FOUCAULT, 1987, p. 12).

Cortar a linha das continuidades e ater-se aos nós e rupturas dos fios da história “não tem por fim encontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-las; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, [...] ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 1979b, p. 35). A história contínua urge em ser clarividente, em lançar luzes sobre os espaços do passado

e traçar um caminho até o presente. O descontínuo foucaultiano vai na contramão, vindo do presente, não percorrendo o trajeto já cursado, espaço da similaridade, mas para buscar os cantos, as beiras da estrada, a fissura escondida debaixo da nuvem de poeira.

Foucault clama contra uma

história assassinada, cada vez que em uma análise histórica – e sobretudo se se trata do pensamento, das ideias e dos conhecimentos – vírmos serem utilizadas, de maneira demasiado manifesta, as categorias da descontinuidade e da diferença, as noções de limiar, de ruptura e de transformação, a descrição das séries e dos limites (FOUCAULT, 1979b, p. 16).

Uma vez que o “saber não é feito para consolar, ele decepiona, inquieta, secciona, fere” (FOUCAULT, p. 2008, p. 255), o pesquisador arqueólogo quer cartografar um grande mapa que aponte as diferenças, destruindo pacientemente todo movimento contínuo, despedaçando “o jogo consolante dos reconhecimentos” (FOUCAULT, 1979b, p. 27), a fim de desmontar todas as peças evidentes e buscar o estranhamento. Afinal, para White:

o historiador não presta nenhum bom serviço quando elabora uma continuidade especiosa entre o mundo atual e o mundo que o antecedeu. Ao contrário, precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino (WHITE, 1994, p. 63).

Isto não significa ignorar as continuidades e as permanências. Porém, Foucault não as utiliza para organizar sistemas e estruturas, mas para buscar as condições de emergência que possibilitaram as rupturas, e então perceber nelas o descontínuo, que fornece o real sentido do acontecimento.

Os pontos de descontinuidade apontados por Foucault situam-se entre três grandes sistemas epistêmicos correspondentes às seguintes épocas históricas: o Renascimento, equivalente ao século XVI; a Idade Clássica,

compreendida entre o século XVII e o início do XVIII, e a Modernidade, entre meados do XVIII e o XIX.

Ao documentar rupturas entre as epistemes, Foucault demonstrava que o desenvolvimento contínuo e racional da sociedade europeia era dotado de artificialidade e que muitas controvérsias e oposições dentro de uma época eram, na verdade, parte de uma mesma ordem epistêmica. “Por outro lado, homens comumente considerados predecessores de pensadores modernos estavam, em alguns casos, a despeito de algumas semelhanças superficiais, operando num arcabouço conceitual diferente” (OKSALA, 2011, p. 41). Um exemplo citado em *As palavras e as coisas* é a antecipação das ideias evolucionistas de Darwin por Lamarck. Foucault nega essa previsão, ao afirmar que o pensamento de Lamarck estava vinculado e limitado às prerrogativas da episteme clássica de sua época: uma natureza entendida como unidade ante a visão dinâmica e mutável, característica do pensamento moderno.

Foucault quer, com sua arqueologia, penetrar nas frestas dos estratos – as formações históricas, os saberes constituídos – e encontrar as forças – as relações de poder – que engendraram os acontecimentos e que lutam, utilizando de diversas estratégias, para efetivar-se enquanto discursos verdadeiros. São as fissuras, as marcas que abalam a estrutura feita para ser perfeita, as rachaduras que impedem o prosseguimento da norma, do padrão, do estabelecido.

### **Considerações finais**

A crítica feita por Foucault à produção do conhecimento histórico se dirige a escrita historiográfica moldada de acordo com as teorias do século XIX. Tanto o historicismo de Leopold Ranke quanto o materialismo histórico de Karl Marx, a despeito de suas diferenças, assemelhavam-se ao propor doutrinas universalistas, deterministas, progressistas e evolucionistas. Esses



discursos científicos, segundo Foucault, moldam uma história estruturada e esquematizada, que periodiza os fatos e as ações dos seres humanos e transformar tudo em narrativas assépticas, claras, evidentes e objetivas, em nome de uma totalidade artificial.

Para Foucault, a história é vida. Vivência do sujeito. É devir. Dá-se entre corpos. Por isso, também é pensamento. Livre, instável, móvel. A história que Foucault critica é a do relato frio, que perde a novidade, o inesperado, a surpresa, o acontecimento em si; é assassinada. É um corpo inerte à mercê do olhar médico do cientista. Assim, se Veyne afirmou que Foucault revolucionou a história, é porque ele a apresentou como enigma, uma charada sem resposta correta.

## Referências

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. Introdução - Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DUSSEL, Inés. Foucault e a escrita da História: reflexões sobre os usos da genealogia. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 45-68, jan./jun. 2004.

FERRY, Luc. *A sabedoria dos mitos gregos*. São Paulo: Objetiva, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Na companhia de Foucault: multiplicar acontecimentos, In: FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-32.

FOUCAULT, Michel. 1970 - *Theatrum philosophicum*. In: MOTTA, Manuel Barros (Org. e seleção dos textos). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 230-254. (Ditos e escritos II).

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. Revisão de Roberto Cortes de Lacerda. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. Curso do Collège de France, 7 de janeiro de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987b.

MARX, Karl. *18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MOREY, Miguel. Introduction. In: FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo y outros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1995.

MOTTA, Manuel Barros da. Apresentação. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização e seleção de textos Manuel Barros da Motta; trad. Elisa Monteiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Ditos e escritos II).

NALLI, Marcos. Foucault: historiador dos pensamentos. *Leituras da História*, São Paulo, n. 57. Disponível: <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/4/artigo70338-1.asp>. Acessado: 07 fev. 2014.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. As histórias de Michel Foucault. *Klepsidra. Revista Virtual de História*, São Paulo, v. 2, n. 12, 2002.

OKSALA, Johanna. *Como ler Foucault*. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges; revisão técnica de Alfredo Veiga-Neto e Karla Saraiva. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PEREIRA, Nilton Mullet. *História de amor na educação freiriana: pedagogia do oprimido*. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

RAGO, Margareth. Libertar a História. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzshianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesan. São Carlos: Claraluz, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & Educação*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEYNE. Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Ed. UnB, , 2008.

VEYNE. Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.